

A DINÂMICA TERRITORIAL BRASILEIRA NA DITADURA MILITAR (1964-1985): UMA SÍNTSE DA HIDRELÉTRICAS COMO GRANDES EMPREENDIMENTOS GEOESTRATÉGICOS

BRAZILIAN TERRITORIAL DYNAMICS DURING THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985): A SUMMARY OF HYDROELECTRIC POWER PLANTS AS MAJOR GEOSTRATEGIC ENTERPRISES

DINÁMICA TERRITORIAL BRASILEÑA DURANTE LA DICTADURA MILITAR (1964-1985): UN RESUMEN DE LAS CENTRALES HIDROELÉCTRICAS COMO GRANDES EMPRESAS GEOESTRATÉGICAS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-131>

Data de submissão: 16/08/2025

Data de publicação: 16/09/2025

Marco Túlio Martins

Doutor em Geografia e Docente
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: marco.martins@ueg.br

Jabez Correa Gomes Silva

Graduando em Geografia
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: jabezgomes13@gmail.com

Grazielle dos Santos Sousa

Graduanda em Geografia
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: grazyelle458@gmail.com

Lais Naiara Gonçalves dos Reis

Doutora em Geografia e Docente
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: laisngr@ueg.br

Isabela Vieira Santos

Graduada em Geografia
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: isageophd@gmail.com

Lais Moraes de Oliveira Porfírio

Doutora em Ciências Biológicas e Docente
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: lais.oliveira@ueg.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a geopolítica brasileira durante o regime militar (1964-1985), com foco nos grandes empreendimentos hidrelétricos enquanto instrumentos de dominação territorial

e consolidação do poder estatal. A partir de uma perspectiva crítica, busca-se compreender como a construção de usinas hidrelétricas — como Itaipu, Tucuruí, Ilha Solteira, Jupiá, Sobradinho, Itaparica, Samuel e Balbina — representou não apenas projetos de desenvolvimento energético, mas também mecanismos geoestratégicos voltados à integração forçada de territórios considerados periféricos, ao fortalecimento da soberania nacional e ao disciplinamento social. A pesquisa evidencia que tais obras foram orientadas por uma lógica tecnocrática e autoritária, marcada pela centralização das decisões, deslocamento compulsório de populações, degradação ambiental e reprodução de desigualdades regionais. Fundamentada na doutrina da Segurança Nacional e no ideário do desenvolvimento, a política energética do período consolidou uma engenharia do poder que moldou profundamente o espaço brasileiro, cujos efeitos e contradições ainda reverberam na atualidade. Ao articular território, energia e poder, o regime militar utilizou as hidrelétricas como peças-chave em seu projeto de controle geopolítico e de expansão econômica.

Palavras-chave: Geopolítica. Usinas Hidrelétricas. Militar.

ABSTRACT

This study aims to analyze Brazilian geopolitics during the military regime (1964–1985), focusing on large hydroelectric projects as instruments of territorial domination and state power consolidation. From a critical perspective, it seeks to understand how the construction of hydroelectric plants — such as Itaipu, Tucuruí, Ilha Solteira, Jupiá, Sobradinho, Itaparica, Samuel, and Balbina — represented not only energy development projects but also geostrategic mechanisms aimed at the forced integration of peripheral territories, the strengthening of national sovereignty, and the enforcement of social control. The research demonstrates that these projects were driven by a technocratic and authoritarian logic characterized by centralized decision-making, the forced displacement of populations, environmental degradation, and the reproduction of regional inequalities. Based on the National Security Doctrine and the developmental ideology, the energy policies of the period consolidated a form of power engineering that profoundly reshaped Brazilian territory, with effects and contradictions that persist to this day. By articulating territory, energy, and power, the military regime used hydroelectric dams as key elements in its project of geopolitical control and economic expansion.

Keywords: Geopolitics. Hydroelectric Power Plants. Military.

RESUMEN

Este artículo analiza la geopolítica brasileña durante el régimen militar (1964-1985), centrándose en los grandes proyectos hidroeléctricos como instrumentos de dominación territorial y consolidación del poder estatal. Desde una perspectiva crítica, el artículo busca comprender cómo la construcción de centrales hidroeléctricas —como Itaipú, Tucuruí, Ilha Solteira, Jupiá, Sobradinho, Itaparica, Samuel y Balbina— representó no solo proyectos de desarrollo energético, sino también mecanismos geoestratégicos orientados a la integración forzada de territorios considerados periféricos, el fortalecimiento de la soberanía nacional y la disciplina social. La investigación destaca que dichos proyectos se guiaron por una lógica tecnocrática y autoritaria, marcada por la centralización de la toma de decisiones, el desplazamiento forzado de poblaciones, la degradación ambiental y la reproducción de desigualdades regionales. Con base en la doctrina de la seguridad nacional y la ideología del desarrollo, la política energética del período consolidó una estructura de poder que moldeó profundamente el territorio brasileño, cuyos efectos y contradicciones aún resuenan en la actualidad. Al articular territorio, energía y poder, el régimen militar utilizó las represas hidroeléctricas como elementos clave de su proyecto de control geopolítico y expansión económica.

Palabras clave: Geopolítica. Centrales Hidroeléctricas. Militar.

1 INTRODUÇÃO

O golpe militar de 1964 constituiu um marco de inflexão na história política do Brasil, promovendo transformações profundas na organização do Estado e nas estratégias geopolíticas adotadas pelo país. Sob o pretexto de restaurar a ordem institucional e conter o avanço do comunismo, os militares instauraram um regime autoritário que passou a articular o desenvolvimento territorial à lógica da segurança nacional e da expansão capitalista. As políticas territoriais implementadas nesse período estiveram diretamente ligadas à exploração intensiva dos recursos naturais e ao controle estratégico do território, reafirmando uma visão geopolítica centrada na soberania e na centralização do poder estatal.

A análise dos empreendimentos geoestratégicos conduzidos pelo regime aponta o uso sistemático da geopolítica como instrumento de poder e dominação territorial. Projetos de grande escala, como a construção de rodovias, hidrelétricas, zonas de colonização agrícola e a criação de superintendências regionais de desenvolvimento, expressaram uma política de integração forçada das regiões periféricas ao núcleo do poder nacional. Esses empreendimentos não apenas visavam dinamizar a economia, mas também reforçar o controle político e ideológico sobre áreas consideradas vulneráveis à influência externa ou à dissidência interna.

Este trabalho propõe uma investigação crítica sobre as inter-relações entre o golpe de 1964 e os projetos geoestratégicos implementados nas décadas seguintes, buscando compreender como tais iniciativas contribuíram para a reconfiguração do espaço geográfico brasileiro. Ao examinar as motivações políticas, os mecanismos institucionais e os impactos sociais e ambientais desses projetos, pretende-se lançar luz sobre os legados autoritários que ainda moldam as dinâmicas territoriais e as desigualdades regionais no Brasil contemporâneo.

O presente artigo tem como objetivo analisar os empreendimentos geoestratégicos desenvolvidos no Brasil durante o regime civil-militar (1964–1985), com ênfase na construção de usinas hidrelétricas enquanto instrumentos centrais da estratégia estatal de controle territorial. Busca-se compreender, sob a ótica da geopolítica, como tais obras foram mobilizadas como mecanismos de dominação e integração do espaço nacional, revelando a articulação entre infraestrutura, segurança nacional e poder político no contexto autoritário.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O QUE SÃO OS EMPREENDIMENTOS GEOESTRATÉGICOS

Empreendimentos geoestratégicos referem-se a iniciativas estatais ou interestatais planejadas com o objetivo de garantir vantagens estratégicas em determinadas regiões geográficas, articulando

interesses políticos, econômicos, militares e territoriais. Tais empreendimentos são concebidos dentro de uma lógica geopolítica, ou seja, visam consolidar o controle e a influência sobre espaços considerados estratégicos para a segurança nacional, a integração territorial ou a expansão do capital.

Esses projetos costumam envolver obras de grande porte e longa duração, como a construção de usinas hidrelétricas, rodovias, ferrovias, oleodutos, planos de colonização e criação de zonas de livre comércio. Também podem incluir acordos econômicos e comerciais que reforcem a presença e o domínio político de um Estado sobre determinadas regiões ou populações. Em todos os casos, os empreendimentos geoestratégicos são orientados por objetivos de longo prazo, como o fortalecimento da soberania, o crescimento econômico e a estabilidade regional, muitas vezes em detrimento das populações locais.

Segundo José de Souza Martins (1993), os grandes empreendimentos no Brasil — tais como hidrelétricas, programas de colonização e obras de infraestrutura — caracterizam-se por sua magnitude técnica e política, frequentemente acompanhados de significativos impactos sociais e ambientais. O autor destaca que esses projetos raramente têm como foco os interesses ou as necessidades das populações residentes nos territórios afetados. Ao contrário, são conduzidos a partir de uma lógica exógena e verticalizada, voltada à integração forçada do território aos circuitos do capital e à consolidação do poder estatal. Como afirma Martins: “O foco desses empreendimentos não são as populações residentes nos locais em que são implementadas” (MARTINS, 1993, p. 61–62).

No Brasil, apesar de um conjunto de obras históricas que contribuíram para constituir o território brasileiro, cumprindo importantes funções em distintas épocas, foi nos últimos 70 anos que se constitui a “Armadura do Território”, Segundo Bertha Becker e Cláudio Egler (1998). Um conjunto de grandes obras que permitiram ao país ingressar nas fases mais modernas da economia global e forjaram o seu atual estágio de desenvolvimento. A presença dessa infraestrutura se distribui de forma desigual no território nacional e apresenta-se mais adensada no Centro-Sul, onde boa parte da economia brasileira se sustenta. No caso, do Nordeste, essa desigualdade também se manifesta concentrando-se nos Estados mais prósperos da região, e na sua porção litorânea, que concentra a maior parte das suas capitais. (CHAVES, M, LIMA, Z.M.C, ROCHA NETO, J.M, 2017, p.243).

Dessa forma, os empreendimentos geoestratégicos devem ser compreendidos não apenas como ações de desenvolvimento, mas como instrumentos políticos de dominação territorial, capazes de transformar profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais dos espaços nos quais se instalaram.

2.2 A GEOPOLÍTICA NO PERÍODO DO GOLPE MILITAR (1964-1985)

A geopolítica brasileira durante o regime civil-militar (1964–1985) esteve fortemente condicionada pelo contexto da Guerra Fria e pelas estratégias de contenção do comunismo promovidas

pelos Estados Unidos na América Latina. Nesse período, o Brasil alinhou-se ao bloco ocidental, adotando uma orientação política voltada para a defesa da ordem capitalista e da segurança nacional, o que se traduziu em uma série de ações voltadas para o controle do território, a integração nacional e a repressão aos movimentos sociais.

Diante desse quadro, a Ditadura instaurada em 1964, representou a geopolítica um marco. Era a hora certa, acreditavam os ideólogos, para o país iniciar sua escalada dentro do cenário mundial. Após a consolidação do golpe em 1º de Abril, os novos artífices prometeram à nação sua realização social plena, a superação do subdesenvolvimento e a diminuição das desigualdades pela integração total do Estado. Isto é, comprometeram-se a construir, com a aceleração possível, um poder nacional que faria do Brasil uma potência ouvida no conserto dos fortes e respeitada pelos fracos (FERREIRA, 1970: 29). Objetivos, estes, alcançados através da ilusão de ser possível o controle do Capital pelo alto e pela força. De acordo com o General Carlos de Meira Mattos, fundador basilar desta geopolítica de potência. (OLIVEIRA, 2015, P.261-262).

O regime militar utilizou a geopolítica como instrumento de legitimação e operacionalização de projetos que visavam à reorganização do espaço nacional segundo interesses estratégicos do Estado. A construção de grandes empreendimentos de infraestrutura — como usinas hidrelétricas, rodovias e programas de colonização agrícola — esteve diretamente ligada a esse esforço de territorialização do poder e de inserção subordinada do Brasil nas dinâmicas do capitalismo global. Ao mesmo tempo, o governo estabeleceu acordos regionais com países vizinhos, buscando mitigar disputas fronteiriças e garantir estabilidade política regional, o que contribuiu para a consolidação de sua influência geoestratégica no Cone Sul.

Essas iniciativas foram justificadas por um discurso oficial que combinava desenvolvimento econômico, integração territorial e combate à ameaça comunista. Os chamados “anos de ouro” da ditadura, particularmente durante o chamado milagre econômico (1968–1973), refletiram esse esforço de maquiar os efeitos da repressão e da desigualdade com crescimento acelerado e obras de grande visibilidade. No entanto, tal crescimento foi excludente e concentrador, aprofundando as desigualdades regionais e sociais.

A compreensão do termo “geopolítica” é fundamental para analisar esse contexto. Segundo Medeiros (2015), o conceito foi originalmente formulado por Rudolf Kjellén em 1905, mas teve como precursor teórico Friedrich Ratzel, que ultrapassou os limites da Geografia Política ao propor uma leitura estratégica do espaço para fins de dominação estatal. Conforme reforçam Backheuser (1924) e Miyamoto (1981), a influência de Ratzel foi particularmente significativa nas décadas de 1930 e 1940, ao inspirar concepções expansionistas no governo alemão. No Brasil, essas influências foram adaptadas para justificar uma política de ocupação do território baseada na centralização do poder e na militarização das decisões estratégicas.

O Brasil Potência ocupou grande parte da produção geopolítica do período, não que ele fosse o único objeto de atenção, mas era o fundamental. Os militares acreditavam que o controle das contradições inerentes ao capitalismo era indispensável para assegurar o desenvolvimento econômico e a consequente projeção de poder do Estado. Para tal, bastaria a desagregação dos movimentos populares, uma vez que, a aceleração do desenvolvimento do capital industrial permitiria a diminuição das desigualdades regionais fortalecendo a coesão interna, assim como, propiciaria a formação de uma indústria bélica potente. Somado a isso, o entrelaçamento entre os “recursos naturais e posição estratégica privilegiada” do país, no continente, se garantiria o englobamento político-econômico para as forças que comandariam o país e eles dariam ao povo o destino que queriam: o único destino mensurável, o Brasil Potência. (OLIVEIRA, 2015, p.262-263).

Segundo Ananda Simões Fernandes (2009), o fim da Segunda Guerra Mundial e a emergência da Guerra Fria impuseram uma nova lógica à América Latina, na qual os Estados Unidos buscavam conter a influência soviética por meio da formação de blocos aliados e da sustentação de regimes autoritários. No caso brasileiro, a instalação da ditadura teve respaldo direto do governo norte-americano, que via no regime militar um parceiro estratégico na contenção do comunismo e na manutenção da estabilidade regional. Como destaca Fernandes, "era necessária a formação de blocos militares com países aliados", sendo o Brasil um elo essencial nesse projeto de hegemonia norte-americana (FERNANDES, 2009, p. 832).

Dessa forma, a geopolítica do período ditatorial deve ser entendida como parte de uma engrenagem maior de dominação política, econômica e territorial, tanto no plano interno quanto externo. A articulação entre o Estado autoritário e os interesses geoestratégicos internacionais moldou profundamente o espaço brasileiro, deixando legados que ainda reverberam nas dinâmicas territoriais e nas políticas públicas atuais.

2.3 A GEOPOLÍTICA DA CONSTRUÇÃO DAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Durante o regime civil-militar instaurado no Brasil entre 1964 e 1985, a geopolítica assumiu um papel central na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à reorganização do espaço nacional. Em um contexto global marcado pela Guerra Fria e pela disputa hegemônica entre Estados Unidos e União Soviética, o Brasil alinhou-se ao bloco ocidental e incorporou, em seu projeto nacional, diretrizes estratégicas voltadas ao combate ao comunismo, à integração territorial e à modernização econômica.

Dentro dessa lógica, os grandes empreendimentos de infraestrutura – notadamente a construção de hidrelétricas – tornaram-se instrumentos geoestratégicos essenciais à consolidação do poder estatal e ao aprofundamento da inserção do país nas dinâmicas do capitalismo internacional.

Empreendimentos geoestratégicos são iniciativas estatais ou interestatais planejadas com o objetivo de garantir vantagens estratégicas em determinadas regiões, articulando interesses políticos, econômicos e militares. Tais projetos, como ressalta José de Souza Martins (1993), são marcados por sua magnitude técnica e política e por seus profundos impactos sociais e ambientais. Obras como usinas hidrelétricas, rodovias e planos de colonização não são meramente empreendimentos de desenvolvimento: constituem mecanismos de controle territorial, integração forçada e dominação das populações locais. Conforme observa Martins, “o foco desses empreendimentos não são as populações residentes nos locais em que são implementadas” (MARTINS, 1993, p. 61–62), evidenciando a lógica exógena e verticalizada com que o Estado impunha sua presença nos rincões do país.

No caso das hidrelétricas, essas obras simbolizaram a aliança entre o projeto desenvolvimentista dos militares e a geopolítica da segurança energética. A construção de grandes usinas – como Itaipu, Tucuruí e Balbina – foi justificada tanto pela necessidade de atender à demanda industrial crescente quanto pela estratégia de ocupar e controlar regiões consideradas vulneráveis ou “vazias”. Essas iniciativas, além de impulsionar o crescimento econômico durante o chamado “milagre econômico” (1968–1973), também serviram como ferramenta de repressão simbólica e concreta, na medida em que promoveram o deslocamento forçado de comunidades tradicionais, a militarização de regiões periféricas e o silenciamento de resistências locais.

A construção dessas hidrelétricas deve ser entendida dentro de um quadro geopolítico mais amplo. Conforme destaca Ananda Simões Fernandes (2009), os Estados Unidos, no pós-Segunda Guerra Mundial, passaram a estruturar sua política externa na América Latina com base no princípio da contenção do comunismo, o que exigia a formação de blocos militares aliados e a sustentação de regimes autoritários. O apoio ao regime militar brasileiro insere-se nesse contexto, no qual a reorganização territorial do país – por meio de projetos de grande porte – servia aos interesses comuns de segurança hemisférica e expansão capitalista.

Na ótica da geopolítica, pouco adiantava possuir milhões de quilômetros quadrados, recursos minerais dos mais variados, uma vasta e riquíssima rede hidrográfica se o território não fosse todo ocupado. Daí a integração nacional tornar-se imprescindível para um país que tem a pretensão de ser reconhecido como possuidor de um poder nacional invejável e para manter-se seguro, fora e dentro de suas fronteiras. Essa é a razão principal a que se deve a atenção dos geopolíticos, principalmente pós 64. Nesse contexto, o tema integração se fez presente, por muitas vezes, em todos os planos nacionais. Tanto o plano de metas quanto o IPND buscavam alcançar uma integração no sentido nordeste-sul. Ou seja, estabelecer-se-iam polos regionais, no sul e no nordeste, no planalto central e na Amazônia, dessa maneira, interrompendo o fluxo migratório em direção ao sul do país. No mesmo compasso, o IIPND, em vigor no governo de Ernesto Geisel – já dentro e uma concepção de Brasil potência emergente – buscava a estratégia de integração nacional em programas assistenciais como: Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribution de Terras do Norte e Nordeste (PROTERRA),

Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). (OLIVEIRA, 2015, p.274-275).

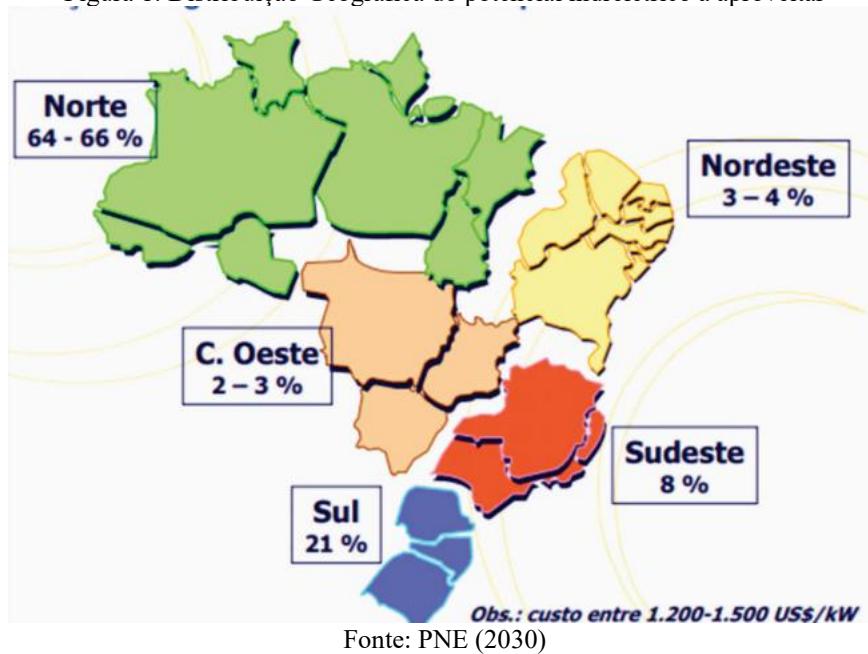
O conceito de geopolítica, nesse sentido, é basilar para compreender a lógica de ocupação e intervenção do Estado no território. Segundo Medeiros (2015), embora o termo tenha sido cunhado por Rudolf Kjellén em 1905, foi Friedrich Ratzel quem lhe conferiu uma fundamentação teórica mais robusta ao propor uma leitura estratégica do espaço geográfico como campo de disputa entre potências. No Brasil, essa concepção foi adaptada pelo regime militar como fundamento para ações de territorialização do poder, centralização decisória e repressão à dissidência.

Assim, a construção de hidrelétricas no período da ditadura militar não são apenas parte de um projeto de desenvolvimento nacional, mas expressão de uma geopolítica autoritária voltada à consolidação de uma ordem territorial funcional aos interesses do capital e à lógica da segurança do Estado. As consequências desse modelo permanecem visíveis nas desigualdades regionais, na degradação ambiental e na marginalização de populações tradicionais, legados que ainda desafiam as políticas públicas contemporâneas.

3 A CONSTRUÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL (1964-1985): ENTRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO

Durante o regime militar brasileiro (1964-1985), a construção de usinas hidrelétricas se consolidou como uma das principais estratégias geopolíticas e geoeconômicas do Estado. Em nome do desenvolvimento e da integração nacional, o governo militar promoveu uma política de infraestrutura voltada ao aproveitamento energético dos rios, particularmente na região amazônica e nos grandes rios do Centro-Oeste e Sudeste, “respeitando” o potencial hidrelétrico de cada região do país (Figura 1). No entanto, tais empreendimentos, ao mesmo tempo em que buscavam promover o crescimento econômico e garantir a segurança energética, também se configuraram como instrumentos de controle territorial e repressão política, dentro de uma lógica autoritária e centralizadora.

Figura 1: Distribuição Geográfica do potencial hidrelétrico a aproveitar



A ideologia desenvolvimentista do regime militar estava alicerçada na crença de que grandes obras de infraestrutura — como as usinas de Tucuruí, Belo Monte e, mais tarde, Itaipu — impulsionariam a modernização do Brasil, ampliando a presença estatal em regiões periféricas e pouco integradas. Essa lógica foi particularmente visível com a construção da Usina de Tucuruí, iniciada em 1974, que se tornou um dos maiores empreendimentos do gênero na Amazônia. Como observam os autores da coletânea *Grandes Empreendimentos e Impactos Territoriais no Brasil*, tais obras “promovem um conjunto de transformações sociais e ambientais, com impactos de grandes magnitudes sobre a população local que geralmente pouco se beneficia das suas vantagens” (Martins, 1991, p. 16).

A construção das hidrelétricas foi concebida, portanto, não apenas como um projeto energético, mas como um instrumento de reconfiguração territorial. Isso envolveu a criação de novos polos urbanos, o deslocamento forçado de populações ribeirinhas e indígenas, e a imposição de uma nova ordem econômica e ambiental em áreas antes marginalizadas. A territorialização do poder por meio da energia elétrica tornou-se, assim, um componente central da estratégia do Estado autoritário. Como afirmam Palheta, Nascimento e Silva, “o território se define por uma teia de relações sociais que demarcam a disputa pelo controle da natureza” (apud Haesbaert, 2006). A tabela a seguir mostra o aumento do potencial hidrelétrico brasileiro com a construção gradativa das Usinas.

Tabela 1: Eventos de Energia Elétrica no Brasil (1965-1990)

| ANO | NOME DA USINA HIDRELÉTRICA |
|------|---|
| 1965 | DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica |

| | |
|------|--|
| 1966 | CESP – Cia Energética de São Paulo. Iniciam-se os projetos dos rios Paranapanema, Tietê, Grande e Paraná. Jupiá, I. Solteira, Á. Vermelha. Continuam os projetos do rio Paranaíba (S. Simão, Emborcação) |
| 1968 | ELETROSUL, UTE Santa Cruz, ENERAM (Comitê Coordenador dos Estudos Amazônia) |
| 1969 | GCOI – Grupo Coordenador da Operação Interligada |
| 1970 | Capacidade instalada atinge 11.460 MW |
| 1973 | ITAIPU, ELETRONORTE, NUCLEBRÁS, CEPEL |
| 1979 | LIGHT nacionalizada. UHE Sobradinho |
| 1980 | Capacidade instalada atinge 31.300 MW |
| 1982 | GCPS – Grupo Coordenador do Planejamento do Sistema |
| 1984 | UHE Itaipu, UHE Tucuruí |
| 1985 | Usina Nuclear ANGRA I |
| 1990 | Capacidade instalada atinge 53.000 MW |

Fonte: Adaptado de Pereira (2015)

A lógica excludente desses empreendimentos se evidencia também no fato de que a energia gerada nas regiões amazônicas não era destinada prioritariamente às populações locais, mas sim ao Sistema Interligado Nacional (SIN), abastecendo os polos industriais do Sudeste. Assim, “a energia produzida é direcionada [...] às regiões de alto consumo energético por concentrar parques industriais, comerciais, de serviços e de população”, aprofundando as desigualdades regionais (Palheta et al., 2016, p. 18).

Outro aspecto relevante é o vínculo entre o autoritarismo estatal e os interesses do capital transnacional. As grandes empreiteiras brasileiras, como Odebrecht e Camargo Corrêa, juntamente com bancos nacionais e internacionais, participaram intensamente do financiamento e da execução dessas obras. A presença desses grupos, frequentemente associados a esquemas de corrupção e violações de direitos humanos, evidencia que os megaprojetos hidrelétricos não foram apenas políticas públicas de infraestrutura, mas também mecanismos de concentração de renda e poder. O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aponta que “dezesseis direitos humanos foram sistematicamente violados pelos processos de construção de barragens no Brasil” (SDH, 2010).

O Brasil é o país que construiu o maior número de barragens na América Latina, durante o século XX (Khangram, 2004), e o terceiro maior produtor de energia de fonte hidráulica no mundo (PNE 2030). A decisão de construir barragens para a geração de energia elétrica aparece como um dos componentes centrais da estratégia de desenvolvimento do país adotado a partir da década de 1930. Nesse período, o governo Vargas iniciou um modelo desenvolvimentista caracterizado pela liderança estatal, pela intensiva utilização de recursos naturais para a execução de projetos econômicos e pelas decisões centralizadas na tecnocracia estatal. Tal modelo foi consolidado com o ideal militar de “Brasil Grande”, traduzido em diversos projetos ligados ao desenvolvimento econômico liderado pelo Estado, como a Transamazônica, o Projeto Carajás e a usina hidrelétrica de Itaipu (Khangram, 2004).

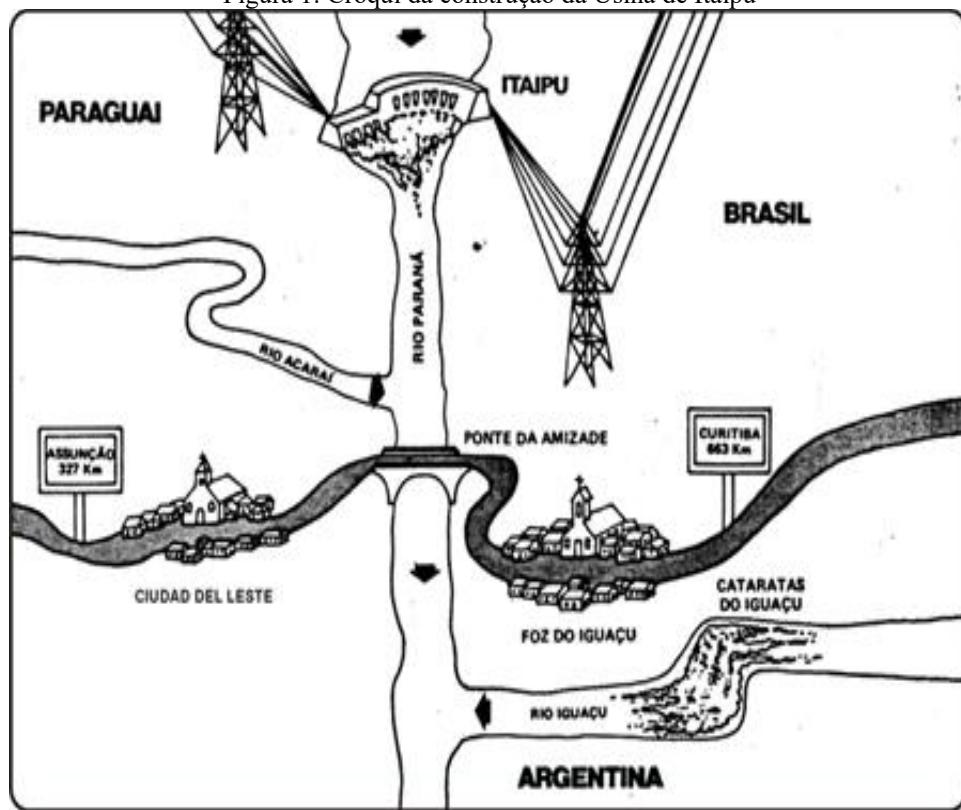
Portanto, a construção das hidrelétricas entre 1964 e 1985 precisa ser compreendida dentro de uma estrutura dual: de um lado, como estratégia de desenvolvimento regional e integração nacional;

de outro, como expressão de um modelo autoritário e excludente de uso do território. Esse modelo concentrou benefícios econômicos nas mãos de poucos, promoveu deslocamentos forçados, impactos socioambientais profundos e reforçou a centralização do poder estatal em nome de um progresso que raramente alcançou as populações locais.

3.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AS USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL E SUA GEOESTRATÉGIA DE INSTALAÇÃO: ITAIPU BINACIONAL, TUCURUÍ, ILHA SOLTEIRA, JUPIÁ, SOBRADINHO, ITAPARICA, SAMUEL E BALBINA

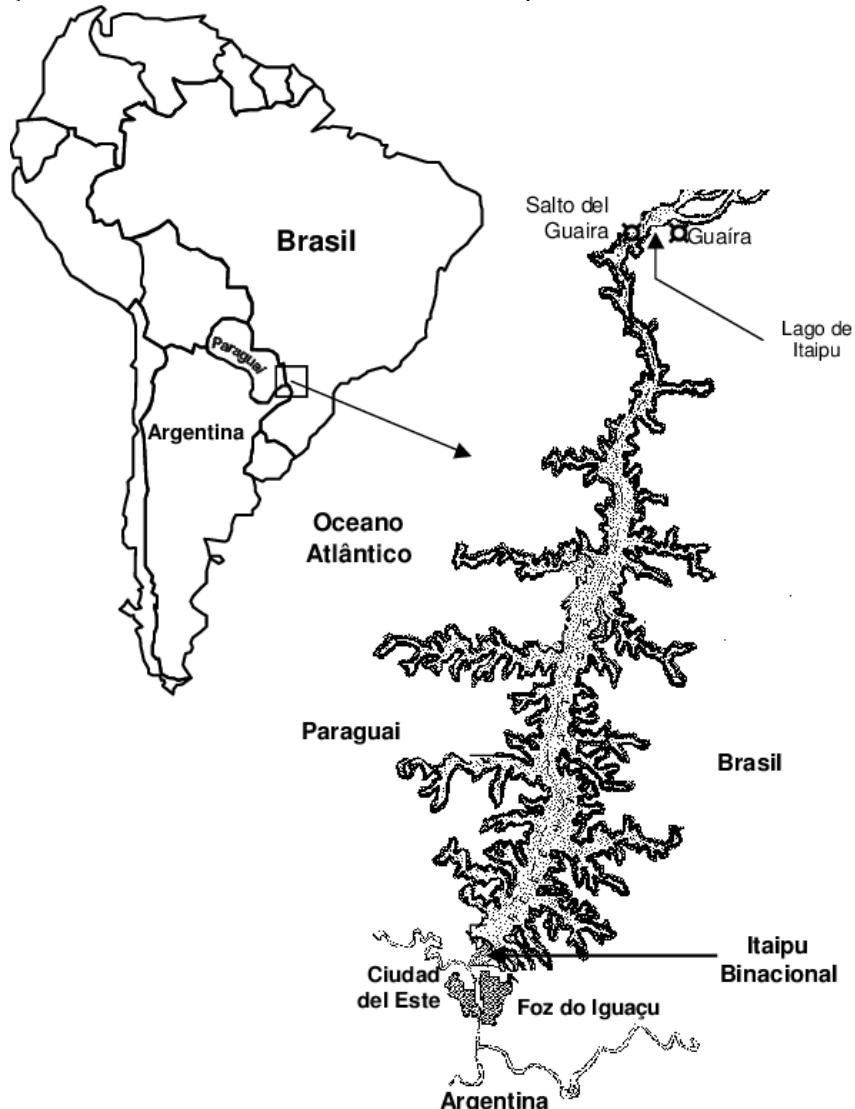
A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, entre os anos de 1975 e 1982, constituiu um marco de articulação entre os interesses energéticos, diplomáticos e estratégicos do Brasil, revelando-se como um dos principais empreendimentos da geopolítica nacional durante o regime militar. Localizada no rio Paraná, na fronteira com o Paraguai, a usina passou a ser considerada uma obra de segurança nacional, dada sua capacidade de suprir boa parte da demanda energética do centro-sul do país, região responsável por mais de dois terços do PIB brasileiro (Mesquita; Marinho; Carneiro, 2023, p. 59).

Figura 1: Croqui da construção da Usina de Itaipu



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-da-Hidreletrica-da-Itaipu_fig1_269687025

Figura 2: localização do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu no rio Paraná, fronteira do Brasil e do Paraguai



Fonte: www.researchgate.net/figure/localizacao-do-reservatorio-da-Usina-Hidreletrica-de-Itaipu-no-rio-Parana-fronteira-do_fig1_262466740

A origem do projeto remonta às disputas históricas pela Bacia Platina, espaço geoestratégico do Cone Sul, onde se concentraram, desde o século XIX, conflitos como a Guerra do Prata, a Guerra do Paraguai e a Guerra do Chaco. No século XX, essas disputas foram reconfiguradas em conflitos diplomáticos pelo uso de recursos hídricos, especialmente entre Brasil, Paraguai e Argentina (Silva et al., 2019, p. 1). A tensão mais significativa ocorreu entre 1965 e 1966, quando o Brasil anunciou planos de construir uma usina em território considerado litigioso por Assunção, sem a participação paraguaia. A crise diplomática beirou o confronto armado, sendo superada apenas com a assinatura da Ata do Iguaçu, em 1966, que definiu a gestão conjunta do potencial hidrelétrico da região (Silva et al., 2019, p. 6; Steffen; Dias, 2024, p. 487).

Figura 3: Imagem da Usina em funcionamento



Fonte: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-itaipu-binacional>

A assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973, institucionalizou essa cooperação bilateral. O tratado criou a empresa Itaipu Binacional, administrada pela Eletrobras (Brasil) e pela Administración Nacional de Electricidad – ANDE (Paraguai), prevendo a divisão igualitária da energia gerada. A governança da usina ficou estabelecida por meio de três anexos: o Anexo A (estatuto jurídico), o Anexo B (descrição das obras) e o Anexo C (regras econômicas e financeiras) (Mesquita; Marinho; Carneiro, 2023, p. 63).

Para o Brasil, Itaipu integrou a lógica dos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) implementados pelo regime militar, concebida como instrumento de segurança energética e estímulo à industrialização nacional. Segundo Steffen e Dias (2024, p. 483), a usina envolveu altos investimentos financeiros, intensa mobilização de trabalhadores e provocou grandes impactos sociais e ambientais — incluindo a inundação das Sete Quedas e o deslocamento de comunidades ribeirinhas.

Do ponto de vista da política externa, a construção da usina foi articulada aos projetos desenvolvimentistas e à busca por autonomia internacional. Durante os governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, o Brasil adotou uma estratégia chamada “pragmatismo responsável”, priorizando relações bilaterais na América do Sul como forma de projeção regional. A assinatura do Tratado de Itaipu e a consolidação da cooperação com o Paraguai são exemplos claros dessa estratégia (Dal Ben et al., 2020, p. 13-14).

O Estado planejador do período, fundamento do “Brasil Grande Potência” e expressão do “Grande Irmão” orwelliano, está em todas as partes, tudo vê e decompõe analiticamente, recompõe funcionalmente segundo a particular lógica integradora que lhe é intrínseca. A integração nacional, bandeira desse planejamento que não articula consensos, pois os tem como pressupostos, manipula trabalho e capital no sentido de estender a nação à totalidade do território, buscando cumprir definitivamente o velho ideal formulado e intentado explicitamente desde os tempos da ditadura Vargas. (ARAÚJO, 1991, p. 221).

A Argentina, por sua vez, contestou duramente o empreendimento. O represamento do rio Paraná comprometeria sua própria usina, a de Corpus, planejada mais ao sul. A crise foi resolvida apenas com o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, de 1979, que normatizou o uso conjunto das águas da Bacia do Prata e representou um avanço no processo de integração regional (Silva et al., 2019, p. 2; Mesquita; Marinho; Carneiro, 2023, p. 62).

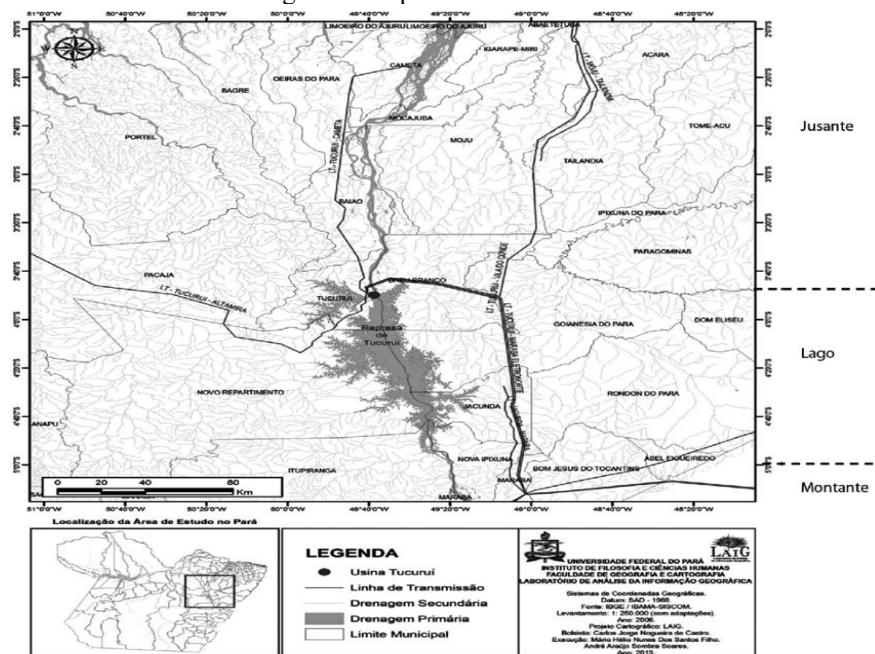
O impacto geopolítico de Itaipu ultrapassou a esfera energética. Ao viabilizar a cooperação Brasil-Paraguai e reduzir as tensões com a Argentina, a usina contribuiu para a criação de um ambiente favorável à constituição do Mercosul na década seguinte (Silva et al., 2019, p. 3). Itaipu, portanto, não foi apenas uma usina: foi um projeto de Estado que consolidou fronteiras, projetou poder e integrou o Brasil ao tabuleiro estratégico sul-americano.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE-Tucuruí), construída entre 1974 e 1984 no rio Tocantins, no estado do Pará, é um dos maiores marcos da política de grandes projetos implantada pelo regime militar brasileiro. Com capacidade instalada de 8.370 MW, foi a primeira grande hidrelétrica 100% nacional e representou não apenas um feito técnico da engenharia brasileira, mas também uma profunda intervenção geopolítica e socioambiental na Amazônia Oriental (Resende, 2019, p. 28).

A ditadura militar (1964–1985) transformou a Amazônia em uma prioridade estratégica. Segundo Becker (1982, apud Santos, 2014, p. 12), a região foi incorporada ao projeto nacional por meio de infraestrutura, colonização dirigida e grandes empreendimentos como Tucuruí, sob o discurso de integração e segurança nacional. Durante o governo Geisel, consolidou-se a ideia de que a energia elétrica seria a base do “milagre econômico” — período de crescimento acelerado do PIB (1968–1973), mesmo com o agravamento da desigualdade social (Veloso; Villela; Giambiagi, 2008).

A construção de Tucuruí se inseriu nesse contexto como resposta à necessidade de energia para viabilizar grandes complexos minerais como Carajás e o polo metalúrgico de Barcarena. Conforme Resende (2019, p. 30), a Eletronorte, estatal criada em 1973, articulou a obra como vetor de “modernização” da Amazônia, reforçando o discurso de que a região era vocacionada à produção energética e mineral.

Figura 4: Mapa da Usina de Tucuri



Fonte: Mapa produzido por: Santana, Antonio & Bentes, Elisabeth & Homma, Alfredo & Oliveira, Francisco & Oliveira, Cyntia. (2014). Influência da barragem de Tucuruí no desempenho da pesca artesanal no estado do Pará.

Entretanto, os impactos sociais e ambientais da obra foram profundos e duradouros. A formação do lago artificial de 2.830 km² provocou o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, sobretudo comunidades ribeirinhas que viviam da pesca e da agricultura familiar (Almeida et al., 2014, p. 2-3). Segundo os dados levantados por Cañete (2010, apud Almeida et al., 2014, p. 2), 62% das famílias deslocadas vieram de outras regiões do Pará e 25% do Maranhão, gerando sobrecarga urbana e conflitos fundiários em Tucuruí e municípios vizinhos.

Luana Santos (2014, p. 37) evidencia que a usina provocou acelerada expansão urbana desordenada, pressionando áreas de igarapés, mananciais e reservas ambientais. A estrutura construída para alojar trabalhadores — cidades planejadas e bairros com infraestrutura de alto padrão — foi desativada após a conclusão da obra, deixando vazios urbanos e acentuando a desigualdade entre áreas centrais e periféricas.

No plano ambiental, os efeitos também foram devastadores. O novo ecossistema lentificado impediu a reprodução de diversas espécies de peixes e reduziu drasticamente a pesca artesanal, comprometendo a economia de subsistência das comunidades a jusante da barragem (Santana et al., 2014, p. 250). A superexploração dos recursos naturais nas ilhas formadas pelo lago levou à criação tardia, em 2002, de um mosaico de unidades de conservação, que tem enfrentado problemas de gestão e conflitos com populações tradicionais (Almeida et al., 2014, p. 3).

A ditadura brasileira desenvolveu diversos e impactantes projetos na Amazônia. Atendendo às orientações geopolíticas do pensamento militar, que defendia a integração daquela região do território – o que vinha atrelado a interesses empresariais –, a região sofreu uma série de incursões no período, no sentido de incorporá-la à economia capitalista brasileira e internacional. Foram muitos os projetos de grande envergadura para a região durante o regime, como as rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte; a zona franca de Manaus; diversas iniciativas agropecuárias, extrativistas e minerais, como o projeto grande Carajás; e as usinas hidrelétricas de Samuel (no rio Jamari, em Rondônia), Balbina (no rio Uatumã, no Amazonas) e Tucuruí (no rio Tocantins, no Pará). (CAMPOS, 2019, p. 264).

Além disso, como destaca Rocha (2011, p. 2), houve uma intensa redistribuição espacial da população no Pará. A urbanização acelerada em cidades como Tucuruí, Cametá e Marabá revela que grandes projetos como esse contribuíram para a desconcentração populacional da Região Metropolitana de Belém, alterando profundamente o padrão de ocupação da Amazônia oriental.

Embora o discurso oficial da época exaltasse o progresso e o desenvolvimento regional, a realidade demonstra que Tucuruí simbolizou a face contraditória da política energética do regime militar: enquanto integrava economicamente a região ao restante do país, promovia a desestruturação de modos de vida tradicionais, impactos ambientais duradouros e concentração de poder nas mãos de órgãos federais e estatais.

A construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, localizada no rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, foi um dos principais empreendimentos energéticos do regime militar brasileiro. Iniciada em 1965 e inaugurada oficialmente em 1973, a usina integrou o chamado Complexo Hidrelétrico de Urubupungá, ao lado das usinas de Jupiá e Três Irmãos, compondo uma estratégia nacional de aproveitamento intensivo do potencial hidroelétrico da Bacia do Paraná (Guia CTG, 2019, p. 4).

A obra foi concebida dentro da lógica do modelo desenvolvimentista autoritário da ditadura, em que a integração territorial e a segurança energética eram apresentadas como pilares do “progresso nacional”. A usina representou, ao final da década de 1970, cerca de 20% da capacidade instalada de geração elétrica do país, demonstrando sua importância para o atendimento à crescente demanda industrial do Sudeste (Guia CTG, 2019, p. 5).

Além da infraestrutura energética, a construção de Ilha Solteira implicou na criação de uma cidade planejada para abrigar os trabalhadores e suas famílias. No entanto, desde sua fundação, a cidade revelou uma segmentação socioespacial severa, com moradias distribuídas segundo a hierarquia funcional dos trabalhadores da usina. Segundo Camargo (2018, p. 5), “as casas dos engenheiros e técnicos possuíam área ampla, arborização e acesso a lazer de qualidade, enquanto os operários viviam em unidades padronizadas, sem conforto e com menor infraestrutura”.

Essa desigualdade na organização urbana refletia o modelo de gestão da obra, que reproduzia as lógicas autoritárias do regime militar também no espaço construído. Conforme relata Lima (2012, p. 73), “a cidade, mesmo planejada, reforçava desigualdades e segregava seus moradores conforme a função desempenhada na construção da usina”. A concepção urbana hierarquizada impactou diretamente nas oportunidades sociais, acesso à educação, lazer e condições de vida dos diferentes grupos.

No plano ambiental, a formação do reservatório de Ilha Solteira, com 1.195 km² de área alagada, alterou drasticamente a paisagem natural e o uso do solo na região. Pereira (2006, p. 41) estima que, dos mais de 9,9 milhões de hectares de área de influência direta do reservatório, apenas 0,67% mantinham vegetação nativa em 2006. Além disso, 38,4% do território apresentava vulnerabilidade à erosão e 61,6% ao assoreamento, comprometendo a qualidade da água e a sustentabilidade do sistema hídrico regional.

A ocupação desordenada do entorno do lago, com loteamentos irregulares e segunda residência, também gerou impactos significativos, como o avanço de atividades agrícolas sobre áreas de preservação e a presença de lixões a céu aberto próximos ao espelho d’água (Pereira, 2006, p. 66). Tais práticas pressionaram os recursos hídricos, ampliando os riscos de contaminação e degradação ambiental.

Apesar do discurso oficial de progresso, a distribuição dos benefícios gerados pela usina foi profundamente desigual. Grande parte da energia produzida em Ilha Solteira foi destinada à Região Metropolitana de São Paulo, enquanto os municípios diretamente afetados pelo alagamento — como Itapura e Pereira Barreto — perderam terras produtivas, arrecadação tributária e parte significativa de suas populações (Rodrigues da Silva et al., 2019, p. 3).

A cidade de Ilha Solteira, por sua vez, tornou-se símbolo de um desenvolvimento concentrado e tecnocrático, marcado pela presença da Companhia Energética de São Paulo (CESP), que controlava não apenas a produção de energia, mas também os serviços urbanos e as decisões políticas locais (Rodrigues da Silva et al., 2019, p. 5).

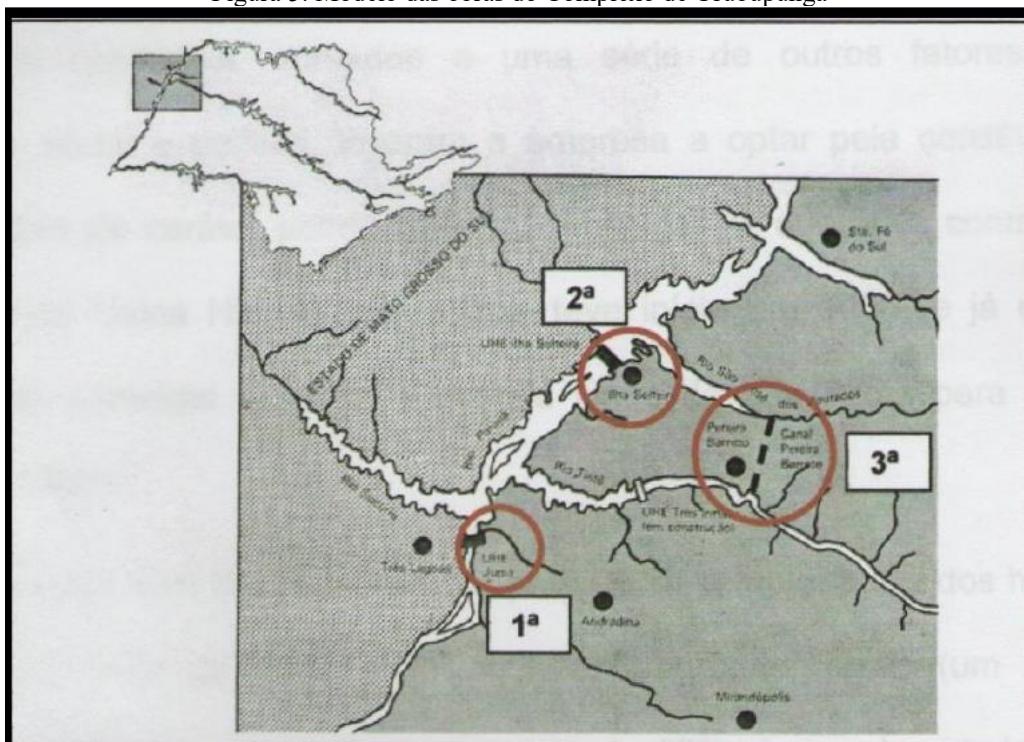
Tudo indica que o projeto Ilha Solteira, latente desde 1952, brotou durante o período de governo de Juscelino Kubitschek, representativo do “milagre dos anos 50”. Para ele, o projeto afinava-se com os ideais desenvolvimentistas de JK porque era baseado num tripé, onde a responsabilidade pela construção de usina foi atribuída à grande empresa estatal e à grande empresa nacional, ficando o aporte de equipamentos e tecnologia por conta de grandes empresas privadas estrangeiras (SAVIO, 2011, p. 39).

Após a união de diversas empresas de energia elétrica regionais, entre elas a Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (CELUSA), teve origem a empresa Centrais Hidrelétricas de São Paulo, sendo atualmente conhecida como Companhia Energética de São Paulo (CESP). Após essa união, as obras que estavam sendo realizadas no Complexo de Urubupungá tiveram

continuidade, assim as obras da Usina de Jupiá tiveram início em 1969, e suas obras restantes foram concluídas no ano de 1974 (ARAÚJO, 2005). (LIMA, 2013, p.146).

Por fim, os impactos sociais, territoriais e ambientais decorrentes da implantação da usina evidenciam como os grandes projetos durante a ditadura militar foram utilizados como instrumentos de afirmação do poder central, com baixa participação popular e foco na eficiência técnica e econômica. Como afirma Camargo (2018, p. 7), “a utopia desenvolvimentista da ditadura, encarnada em Ilha Solteira, revelou-se, na prática, um modelo excludente, que concentrou recursos e poder e fragmentou o território e a sociedade”.

Figura 5: Modelo das obras do Complexo de Urubupungá



Fonte: (LIMA, 2013, p.146)

A geoestratégia, enquanto aplicação prática dos princípios da geopolítica, refere-se ao uso de territórios e recursos com objetivos de segurança, dominação e influência estatal. Após o golpe de 1964, os militares brasileiros adotaram uma visão de Estado baseada na centralização do poder, na integração territorial e na repressão de ameaças internas, reais ou presumidas (Moniz Bandeira, 1987).

Obras como a Usina de Jupiá foram inseridas nesse projeto. Localizada no Rio Paraná, entre os estados de São Paulo e o então Mato Grosso (posteriormente dividido), a usina ocupava posição estratégica na conexão entre o Sudeste industrializado e as regiões de fronteira do Centro-Oeste e Norte (Cardoso, 2011). A obra viabilizou não apenas o aumento da capacidade de geração de energia elétrica,

essencial para o crescimento industrial durante o chamado “milagre econômico”, mas também promoveu a ocupação territorial e o fortalecimento da presença do Estado em áreas consideradas vulneráveis (Skidmore, 1988).

Sob a doutrina da Segurança Nacional, a Amazônia e outras regiões interioranas passaram a ser vistas como fronteiras ideológicas e geoestratégicas. A implantação de projetos de infraestrutura nessas regiões, como estradas, usinas e sistemas de comunicação, foi justificada como estratégia de desenvolvimento, mas também de controle político-social (Moniz Bandeira, 1987). A Usina de Jupiá, nesse sentido, é exemplo claro da convergência entre interesses energéticos e objetivos de dominação territorial.

A construção da usina foi acompanhada pela ampliação de redes de transporte e pela remoção de comunidades locais, além da atuação repressiva contra movimentos sociais que tentavam organizar os trabalhadores (Grance, 2021). O empreendimento passou a fazer parte da narrativa oficial de progresso, sendo apresentado como uma vitória da modernização e da competência tecnocrática do regime (Skidmore, 1988). No entanto, por trás dessa retórica, escondia-se um projeto de poder, marcado por autoritarismo e repressão.

Figura 6: Rio Paraná e sua Bacia Hidrográfica



Fonte: <https://projetorioparana.com.br>

Além disso, a operação da usina e seus impactos ambientais e sociais revelam a ausência de mecanismos democráticos de participação ou de reparação. A movimentação e contenção de plantas aquáticas, por exemplo, exigiram tecnologias específicas que refletem o caráter tecnocrático do projeto (Marcondes & Tanaka, 2005).

3.1.1 Conclusão

A Usina de Jupiá ilustra de forma contundente como a infraestrutura foi usada como ferramenta geoestratégica pelo regime militar brasileiro. Mais do que fornecer energia, a usina simbolizou a capacidade do Estado de intervir e dominar espaços, moldar territórios e subjugar resistências em nome do desenvolvimento. Seu papel no projeto autoritário de 1964 revela a relação entre geografia, poder e ideologia, sendo fundamental para compreendermos como o regime militar instrumentalizou o espaço nacional para consolidar seu domínio (Moniz Bandeira, 1987; Skidmore, 1988).

Jupiá tornou-se assim o principal empreendimento da Comissão da Bacia do Paraná – Uruguai (ainda assim denominada, mesmo sem a participação do Rio Grande do Sul), ficando perceptível como carregava em si todo o peso de expor a competência da engenharia nacional. Muitas foram as visitas feitas por engenheiros, professores ou estudantes ao canteiro de obras, servindo como uma sala de aula em espaço aberto. Dentre elas podemos destacar as escolas de engenharia paulista, da Poli-USP, Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) de São José dos Campos, alunos de engenharias da Universidade Mackenzie e Escola de Engenharia de São Carlos. Era comum no canteiro de obras a presença de pesquisadores e engenheiros ligados à Universidade de São Paulo-USP, que estava intimamente ligada ao empreendimento, participando diretamente no desenvolvimento técnico da usina. (MARTIN, 2015, p.294).

A usina hidrelétrica de Sobradinho, localizada no rio São Francisco, concluída em 1979, visava disciplinar e integrar o semiárido nordestino. Becker (1985) aponta que a barragem fazia parte de uma estratégia de controle populacional e hídrico da região, operando por meio do deslocamento de populações e da ocupação induzida do território. Zhouri e Laschefski (2010) destacam que o reassentamento compulsório promovido em Sobradinho revelou a ausência de participação social e os impactos sociais severos do projeto. Para Sevá Filho (2005), tais barragens funcionaram como instrumentos de dominação simbólica e material dos espaços periféricos ao modelo econômico centralizador.

Sobradinho foi implantada no Rio São Francisco com o discurso oficial de controle de cheias e fornecimento de energia para o desenvolvimento regional. Entretanto, sua dimensão geoestratégica é evidente ao observarmos o papel que passou a desempenhar na industrialização do Nordeste, no deslocamento forçado de comunidades e na reconfiguração espacial do sertão. Mais de 70 mil pessoas foram removidas de suas terras, num processo marcado por autoritarismo e ausência de consulta pública (Oliveira, 2007).

Do ponto de vista da doutrina da Segurança Nacional, o sertão nordestino deixou de ser apenas um "vazio demográfico" e passou a ser tratado como fronteira geopolítica. A Usina de Sobradinho tornou-se, assim, uma ferramenta para projetar a presença do Estado, enfraquecer resistências locais e atrair investimentos privados sob vigilância governamental. Essa estratégia de ocupação articulava poder técnico, repressão política e propaganda nacionalista, camuflando os custos sociais e ambientais da obra.

O território do Sertão do São Francisco, antes da chegada da UHE Sobradinho, era um território cuja configuração envolvia uma estrutura de poder demasiadamente concentrada, com a liberdade à ação extremamente restrita, dentro do princípio que consagrou o coronelismo. Ainda, esta mesma configuração carregava uma estrutura produtiva muito pouco diversificada, e também extremamente concentrada.

A entrada da UHE -, a literatura é unânime sobre isso -, ocorreu de forma violenta. No processo de percolação, a UHE impôs drásticas mudanças ao território, e atingindo grande parte da população ribeirinha. Ainda que tardivamente movimentos, especialmente ligados à igreja, tenham feito oposição à forma como ocorreria a construção da UHE, esta resistência acabou não obtendo sucesso. Sobradinho, antes campo de construção da UHE de mesmo nome, também teve na violência e na ação de movimentos base da sua formação. (SEIFER, 2017, p.87).

Além de produzir energia para polos industriais, como o de Paulo Afonso e o Polo Petroquímico de Camaçari, Sobradinho cumpria a função simbólica de disciplinar o sertão: domesticar o rio, controlar o uso da terra e reorganizar o espaço social. A política hídrica e energética tornava-se, nesse sentido, parte do projeto de reconfiguração do território nacional sob os moldes do regime militar (Fearnside, 2001).

Figura 7: As águas de Sobradinho



Fonte: <https://ferdinandodesousa.com/2018/10/30/as-aguas-de-sobradinho/>

A partir da década de 1980, o regime militar intensificou sua estratégia de ocupação e controle dos territórios periféricos por meio da expansão de grandes usinas na Amazônia e no Nordeste semiárido. Três empreendimentos ilustram esse movimento: as hidrelétricas de Itaparica, Samuel e Balbina.

A Usina de Itaparica, localizada no rio São Francisco, entre Pernambuco e Bahia, representou um desdobramento direto da lógica de disciplinamento territorial iniciada com Sobradinho. Iniciada no final da década de 1970 e concluída em 1988, a obra implicou o deslocamento de mais de 40 mil pessoas. Segundo Zhouri (1999), Itaparica tornou-se caso emblemático da tensão entre o planejamento autoritário e as formas de resistência local, evidenciada na mobilização das comunidades reassentadas, que exigiram contrapartidas como infraestrutura, irrigação e acesso à terra. Apesar da retórica de controle de cheias e desenvolvimento regional, o projeto consolidou a lógica tecnocrática de gestão dos corpos hídricos e das populações.

Na Amazônia, a usina hidrelétrica de Samuel, construída no rio Jamari (Rondônia) e inaugurada em 1989, teve como objetivo fornecer energia à capital Porto Velho e apoiar o processo de colonização promovido pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Little (2001) observa que Samuel não foi apenas um projeto energético, mas uma peça da engrenagem geopolítica de interiorização do poder central, favorecendo a ocupação dirigida e a expansão da fronteira agrícola. Seus impactos incluíram o alagamento de mais de 56 mil hectares de floresta e o agravamento dos conflitos fundiários e ambientais na região.

A UHE Samuel é a única usina hidrelétrica de grande porte até agora instalada no estado de Rondônia. Ela foi construída sobre a primeira corredeira mais à jusante do Jamari, situada a cerca de 52Km de Porto Velho pela BR-364 e a 96km da foz do Jamari.

A localidade onde foi instalada a hidrelétrica era denominada de Vila Samuel; ali residiam cerca de 23 famílias, um contingente de cerca de 1.700 pessoas que se dedicavam sobretudo ao extrativismo. Para a instalação da hidrelétrica estas pessoas foram alocadas na Vila de Candeias, às margens da BR/364, distante 30km de Porto Velho (ELETRONORTE, s.d.).

A escavação do canal de desvio do rio, para a construção da hidrelétrica, ocorreu em abril de 1982; o fechamento das adufas para formação do reservatório deu-se em dezembro de 1988 e a primeira unidade geradora entrou em funcionamento em abril de 1989. (SANTOS, 1996, p.249).

A partir da década de 1970, a Amazônia passou a ser considerada uma “fronteira a ser conquistada”. A expressão “integrar para não entregar” tornou-se lema do governo militar. A construção de estradas (como a BR-364), a criação de zonas de colonização e o estímulo a grandes projetos agroindustriais foram componentes dessa política de ocupação (PORTO-GONÇALVES, 2001).

A implantação da UHE Samuel insere-se nessa lógica de integração. Localizada a cerca de 50 km de Porto Velho, sua escolha geográfica revela uma preocupação tanto com o abastecimento energético da capital quanto com a viabilização de projetos de colonização e exploração de recursos naturais na região do Vale do Jamari.

A Usina Hidrelétrica de Samuel foi construída pela Eletrobras Eletronorte e iniciou sua operação em 1989. Com três unidades geradoras e capacidade instalada de 216 MW, foi planejada para suprir a crescente demanda energética de Rondônia, até então abastecida por termelétricas a óleo diesel.

Segundo relatório técnico da Eletronorte (1989), “a escolha da localização e o dimensionamento do reservatório foram feitos de modo a compatibilizar o atendimento da carga regional com a menor intervenção possível na vegetação nativa”. Contudo, mesmo com tais cuidados declarados, a construção da usina resultou no alagamento de cerca de 56 mil hectares de floresta primária, afetando comunidades ribeirinhas, áreas indígenas e causando perda de biodiversidade (IBAMA, 1992).

A Hidrelétrica de Samuel estava em construção antes do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) se tornarem obrigatórios no Brasil em 23 de janeiro de 1986. Tampouco foram requeridas audiências públicas para projetos que já estavam em construção em 1986. Não obstante, a ELETRO NORTE contratou uma série de estudos ambientais. Enquanto, a cláusula que isentava projetos já em construção, como no caso da Hidrelétrica de Samuel, das exigências do EIA e do RIMA sempre foram enfatizada na época, é curioso observar que hoje, anos depois, os websites de ambos, ELETRO NORTE (s/d [2003]) e da empresa consultora responsável pelos estudos ambientais (Sondotecnica, s/d [2003]) apresentam os estudos como o primeiro EIA/RIMA para uma barragem de ELETRO NORTE. (FEARNSIDE, 2015, p.14).

A análise geoestratégica da UHE Samuel pode ser feita a partir de três eixos: A presença de infraestrutura energética em uma região de fronteira reforça a soberania brasileira frente a discursos internacionais sobre a internacionalização da Amazônia. Como ressalta Martins (1993), “a construção de grandes obras no interior amazônico é também um ato de afirmação simbólica e territorial do Estado” (p. 73); A usina é parte do esforço de conectar fisicamente Rondônia ao restante do Brasil. A energia gerada possibilitou a expansão urbana de Porto Velho, a instalação de indústrias e o funcionamento de serviços públicos essenciais, como abastecimento de água e hospitais; Com o fornecimento de energia elétrica, o governo estimulou o assentamento de migrantes vindos das regiões Sul e Sudeste. Assim, a usina não só abasteceu economicamente o território, mas também cumpriu papel disciplinador e ordenador da ocupação territorial.

Um aspecto fundamental da decisão para construir a Hidrelétrica de Samuel, para qual não há nenhuma indicação de que foi dada alguma consideração, é uma avaliação de meios alternativos de fornecimento de energia, assim como qualquer reavaliação ao longo do processo prolongado de planejamento e construção visando rever os planos na medida em que as opções disponíveis mudaram. Por exemplo, deveria ter construído uma linha de transmissão de Cuiabá, assim conectando a Rondônia com a rede nacional? A tecnologia de transmissão de energia melhorou muito nos anos ao longo dos quais a Hidrelétrica de Samuel estava em construção (Cais & Vaccari, 1986). A existência do projeto de Samuel tirou o ímpeto para construir uma linha de transmissão e prover uma fonte maior de energia para esta parte da Amazônia? Outro acontecimento relevante que ocorreu durante o período da construção da hidrelétrica foi a descoberta, em 1986, de gás natural na bacia do rio Urucu, dois anos antes do reservatório de Samuel começar a encher. Planos atuais para infraestrutura incluem tanto um gasoduto de Urucu até Porto Velho e uma linha de transmissão para Cuiabá, assim como barragens adicionais, significando que podem ser provocados os impactos ambientais de todos estes projetos, além dos impactos já causados pela Hidrelétrica de Samuel. (FEARNSIDE, 2015, p.14).

Apesar dos benefícios energéticos e geopolíticos, a UHE Samuel causou diversos impactos negativos. A criação do lago artificial resultou no deslocamento de comunidades tradicionais e contribuiu para o desmatamento da região (BECKER, 2005). A própria Eletronorte reconheceu, anos depois, a necessidade de políticas compensatórias mais eficazes.

Além disso, o modelo de desenvolvimento imposto desconsiderou modos de vida locais, priorizando a lógica do capital e da exploração de recursos. A Usina Hidrelétrica de Samuel ilustra como a infraestrutura energética na Amazônia foi utilizada como instrumento geoestratégico de controle territorial. Sua construção, no contexto do pós-regime militar, representa a continuidade da política de ocupação da fronteira amazônica. Embora tenha trazido desenvolvimento econômico e fortalecido a presença do Estado, os custos sociais e ambientais revelam as contradições do modelo de integração adotado.

Figura 8: Representação cartográfica das barragens da região norte



Fonte: (FEARNSIDE, 2015, p.11).

A Usina Hidrelétrica de Belbina, construída no rio Uatumã, no estado do Amazonas, é frequentemente citada como um dos maiores exemplos de ineficiência energética e de impactos socioambientais negativos da política de grandes barragens implementada durante o regime militar brasileiro.

Sua construção teve início em 1981 e a usina foi oficialmente inaugurada em 1989. Com potência instalada de apenas 250 MW, Belbina alagou uma área de mais de 2.300 km² de floresta nativa – o equivalente a uma das maiores proporções de área inundada por megawatt gerado no mundo. A motivação oficial era fornecer energia à cidade de Manaus e à Zona Franca, dentro da estratégia de interiorização do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional sobre a Amazônia.

Contudo, a obra rapidamente se transformou em símbolo da irracionalidade técnico-econômica do modelo desenvolvimentista autoritário. Segundo Sevá Filho (2005), Belbina é um caso extremo de como decisões políticas sobre grandes obras podem ignorar completamente critérios de eficiência, justiça ambiental e respeito aos direitos das populações afetadas.

Do ponto de vista ambiental, a inundação causou a liberação maciça de gases de efeito estufa, como metano, devido à decomposição da matéria orgânica submersa, além de comprometer a biodiversidade local de forma irreversível. Já os impactos sociais incluem a expulsão de populações

ribeirinhas e, especialmente, a violação dos direitos do povo indígena Waimiri-Atroari, cujo território foi invadido sem consulta ou compensações adequadas.

Zhouri e Laschefske (2010) apontam que Balbina exemplifica o autoritarismo do modelo de decisão tecnocrático, no qual os impactos sociais são minimizados ou invisibilizados, enquanto o discurso do progresso justifica ações de alto custo humano e ecológico. Ainda hoje, a usina representa um passivo ambiental e ético da política energética brasileira.

A Usina de Balbina, portanto, inscreve-se em um contexto de geoestratégia militar, no qual a ocupação simbólica e material da Amazônia foi realizada por meio de obras de infraestrutura que ignoraram a lógica local e os modos de vida tradicionais em nome da integração nacional e da segurança territorial.

3.2 AS USINAS COMO EMPREENDIMENTOS GEOESTRATÉGICOS NO BRASIL

Ao longo do século XX, e especialmente durante o regime militar iniciado em 1964, as usinas hidrelétricas passaram a desempenhar um papel central na estratégia de desenvolvimento e segurança territorial do Estado brasileiro. Mais do que meros empreendimentos de infraestrutura, essas barragens representaram instrumentos de poder, controle e integração nacional.

No contexto da Ditadura Militar, a ideologia do progresso e da integração territorial justificou a implementação de megaprojetos como as usinas de Jupiá, Sobradinho, Itaparica, Samuel e Balbina. Esses empreendimentos foram articulados como parte de uma lógica geoestratégica que visava consolidar a soberania nacional sobre regiões consideradas periféricas ou vulneráveis.

Segundo Becker (1985), a geoestratégia brasileira naquele período fundamentava-se na concepção de 'território vazio', especialmente na Amazônia, que precisava ser ocupado, colonizado e produtivamente integrado ao restante do país. Nesse sentido, as hidrelétricas funcionaram como catalisadores da presença estatal, da migração dirigida e da expansão de fronteiras agrícolas e industriais.

Jupiá (1968), no rio Paraná, foi um marco da política de infraestrutura que conectava o Centro-Oeste ao Sudeste industrial, reforçando a centralidade do modelo energético no crescimento econômico. Sobradinho (1979) e Itaparica (1988), no rio São Francisco, representaram a face nordestina dessa estratégia, viabilizando a criação de polos urbanos e a irrigação de zonas semiáridas.

Na Amazônia, Samuel (1989) e Balbina (1989) foram símbolos da política de interiorização e ocupação promovida pelos militares. Apesar das críticas quanto à eficiência e aos impactos sociais e ambientais, essas usinas foram implantadas como expressão da presença do Estado em regiões de

interesse geopolítico estratégico. Como argumenta Sevá Filho (2005), tratava-se de uma 'engenharia do poder' que conectava energia, território e controle populacional.

Zhouri e Laschefski (2010) reforçam que o modelo tecnocrático adotado no planejamento energético negligenciava os impactos sobre comunidades tradicionais, impondo deslocamentos, destruição ambiental e marginalização social em nome de uma racionalidade desenvolvimentista. As usinas, portanto, devem ser compreendidas como parte de uma política de segurança nacional ampliada, na qual a energia era um vetor de dominação territorial.

Esses empreendimentos geoestratégicos, embora revestidos pelo discurso da modernização, deixaram um legado ambíguo: ao mesmo tempo em que promoveram infraestrutura e acesso à eletricidade, também aprofundaram desigualdades regionais, conflitos fundiários e passivos ambientais. A análise crítica de seu papel histórico permite entender a energia não apenas como recurso técnico, mas como instrumento de poder no espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As usinas hidrelétricas brasileiras são utilizadas até os dias de hoje para estabelecer o poder do estado brasileiro diante a outros países do cone sul, mantendo sua soberania sobre o poder energético. O regime militar brasileiro colocou vários projetos de domínio territorial, com a intenção de estabelecer uma postura de dominação do território nacional, as usinas hidrelétricas construídas naquele período evidenciam a forma como o regime agia perante a construção de empreendimentos de grandes envergaduras, com diversas políticas de infraestrutura. As hidrelétricas consolidaram parte da estratégia governamental no período (1964-1985), com suas capacidades energéticas.

A análise geopolítica dos grandes empreendimentos hidrelétricos construídos no Brasil entre 1964 e 1985 revela a profunda instrumentalização do território pelo regime militar como forma de consolidação do poder autoritário. As usinas de Itaipu, Tucuruí, Balbina, Ilha Solteira, Jupiá, Sobradinho, Itaparica e Samuel não foram apenas obras de infraestrutura energética; foram, sobretudo, dispositivos geoestratégicos articulados à lógica da segurança nacional e da integração forçada das regiões periféricas ao núcleo econômico e político do país.

Conforme argumenta Martins (1993), esses projetos não foram concebidos para responder às necessidades das populações locais, mas sim aos interesses do Estado centralizado e do capital associado, reproduzindo uma lógica exógena, tecnocrática e verticalizada. O foco era o fortalecimento da soberania e o disciplinamento do espaço nacional, mesmo que isso implicasse o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, a destruição de ecossistemas e a intensificação das desigualdades regionais.

Sob o discurso do progresso e da modernização, o Estado militar promoveu uma territorialização autoritária, na qual a energia elétrica operava como vetor de poder e controle. A produção energética concentrava-se em atender os grandes centros industriais, enquanto as comunidades atingidas pelas barragens eram marginalizadas e, muitas vezes, silenciadas (SEVÁ FILHO, 2005; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

No caso das usinas amazônicas, como Balbina e Samuel, a ocupação territorial respondeu à doutrina de “integrar para não entregar”, expressando a preocupação estratégica com a soberania na fronteira norte. Becker (2005) ressalta que essas obras funcionaram como mecanismos simbólicos e materiais de afirmação do Estado na Amazônia, ao mesmo tempo em que estimularam a expansão desordenada da fronteira agrícola e provocaram degradações socioambientais de grande escala.

As evidências demonstram que os empreendimentos hidrelétricos analisados foram parte de uma engenharia do poder, como define Sevá Filho (2005), moldando o território segundo os interesses do regime, com baixa participação social e altos custos humanos e ecológicos. A utopia desenvolvimentista, projetada nos discursos oficiais, traduziu-se, na prática, em um modelo excludente e hierarquizado de ocupação do espaço.

Por fim, este trabalho aponta para a necessidade de uma leitura crítica e geopolítica da infraestrutura no Brasil. Compreender o passado autoritário dos grandes projetos é fundamental para a construção de políticas públicas mais justas, sustentáveis e democráticas. A memória das hidrelétricas como instrumentos de dominação territorial deve servir como alerta para evitar a repetição de práticas que, sob o manto do desenvolvimento, reproduzem desigualdades e violações de direitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Neila de Jesus Ribeiro et al. Impactos socioambientais em unidade de conservação: o caso da população ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Alcobaça, Tucuruí/PA. 29^a Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, p. 2-4.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Modernização e conflito no Brasil contemporâneo. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, v. 4, 1991.
- BECKER, B. K. A geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.
- BECKER, Bertha K. Fronteira e política no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 47, n. 2, p. 189-210, 1985.
- CAMARGO, Liliane Matos. A crise no gerenciamento hídrico e sua consequência no funcionamento de hidrelétricas: um estudo sobre Ilha Solteira. São Paulo: FFLCH/USP, 2024.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255 - 286, jan./abr. 2019.
- CARDOSO, F. L. A. Estudo conceitual e projeto do raspador do sistema limpa grades da usina hidrelétrica de Jupiá. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CHAVES, Marcelo dos Santos; LIMA, Zuleide Maria Carvalho; ROCHA NETO, João Mendes da. Impactos socioambientais das grandes obras estruturais do Estado do Rio Grande do Norte. In: PALHETA, Márcio; NASCI, Flávio Rodrigues do; (orgs.). Grandes empreendimentos e impactos territoriais no Brasil. Belém: GAPTA/UFPA, 2017. p. 243-277.
- DAL BEN, Rafaela Raphaelli Matos; MAZOCCHI, Francielle; LIMA, Vitor Sfredo Sokal. Cooperação Energética e Projeção Continental: a Usina de Itaipu à frente da Política Externa de Médici e Geisel. *Revista Perspectiva*, p. 13-14.
- ELETRONORTE. Relatório Técnico da UHE Samuel. Brasília: Eletronorte, 1989.
- FEARNSIDE, P. M. (2001). Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. *Environmental Management*, 27(3), 377–396.
- FEARNSIDE, Philip M. A hidrelétrica de Samuel: lições para a política de desenvolvimento hidrelétrico e o meio ambiente na Amazônia. In: FEARNSIDE, Philip M. (org.). Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015. v. 2, p. 9–33.
- GRANCE, S. F. Geotecnica ambiental e bioengenharia nas margens da UHE Jupiá. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2021.
- HORIZONTE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Guia de Estudos e Visitação – Usinas Hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira. São Paulo: CTG Brasil, 2

IBAMA. Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Samuel. Porto Velho: IBAMA, 1992.

LIMA, Andréa Barros de. A construção da cidade e os processos de segregação socioespacial: o caso de Ilha Solteira (SP). UNESP, 2012.

LIMA, Luiz Henrique Mateus. A construção da usina hidrelétrica e os primeiros sinais de segregação socioespacial em Ilha Solteira/SP. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS, n. 18, ano 10, nov. 2013.

MARCONDES, D. A.; TANAKA, R. H. Movimentação de plantas aquáticas na UHE Eng. Souza Dias. Planta Daninha, Viçosa, v. 23, n. 1, p. 25–31, 2005.

MARTIN, Andrey Minin. Para além de milhões de quilowatts: o Complexo Hidrelétrico Urubupungá e as tramas do setor energético nacional. Tempos Históricos, Marechal Cândido Rondon, v. 19, p. 274-301, 1º sem. 2015. ISSN 1983-1463.

MARTINS, J. S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1993.

MESQUITA, Marcos; MARINHO, Nicolly; CARNEIRO, Camilo Pereira. A geopolítica da energia na fronteira Brasil-Paraguai: o Tratado de Itaipu. Revista (Re)Definições das Fronteiras, v. 1, n. 2, 2023, p. 58-63.

MONIZ BANDEIRA, L. O governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

OLIVEIRA, Adriano Moura de. Um sonho de grandeza no Brasil da ditadura: a ideologia geopolítica de desenvolvimento do general Carlos de Meira Mattos (1964-1974). Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, v. 6, n. 2, p. 255-281, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, J. A. P. (2007). Implementando políticas ambientais no Brasil: estratégias do Ministério do Meio Ambiente. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 22(65), 37–52.

PEREIRA, Alessandra Ossuna. Caracterização do uso e ocupação do solo na área de influência do reservatório de Ilha Solteira. UNESP, 2006.

PEREIRA, Ana Karine. Desenvolvimentismo, conflito e conciliação de interesses na política de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira. Texto para Discussão. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

PEREIRA, Geraldo Magela. História das usinas hidrelétricas. In: PEREIRA, Geraldo Magela. Projeto de usinas hidrelétricas: passo a passo. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. p.117-127.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geo-grafias: movimentos sociais, novas territorialidades e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Record, 2001.

RESENDE, Fernando Nogueira. O maior projeto para a Amazônia Oriental: a hidrelétrica Tucuruí no periodismo paraense. Unifesspa, 2019, p. 28-34.

ROCHA, Gilberto de Miranda. A redistribuição espacial da população na área de influência da usina hidrelétrica Tucuruí (PA). XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, p. 2-3.

RODRIGUES DA SILVA, Agatha; ROTTA, Liliana; COSTA, Luciana Pereira da. Ilha Solteira: Utopia e Realidade. USP, 2019.

SANTANA, Antônio Cordeiro et al. Influência da barragem de Tucuruí no desempenho da pesca artesanal, estado do Pará. RESR, vol. 52, n. 2, 2014, p. 250.

SANTOS, Geraldo Mendes dos. Impactos da Hidrelétrica Samuel sobre as comunidades de peixes do rio Jamari (Rondônia, Brasil). Acta Amazonica, Manaus, v. 25, n. 3/4, p. 247-280, 1995.

SANTOS, Luana Rodrigues. A dinâmica socioespacial de Tucuruí a partir da construção da usina hidrelétrica. UnB, 2014, p. 12, 37, 40.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEVÁ FILHO, Alfredo. As grandes barragens e o mito do desenvolvimento. In: SEVÁ FILHO, Alfredo (org.). Barragens: promessas e custos sociais. São Paulo: Brasiliense, 2005.

SILVA, Angela Maria Ferreira; OLIVEIRA, Lucas Kerr de; ROSÁRIO, Nayane Camara; JORDAN, Soraya Silva. Geopolítica de Itaipu: da ameaça de guerra entre Brasil e Paraguai (1965-1966) ao processo de integração energética regional. UNILA, 2019, p. 1-6.

SEIFER, Paulo Guilherme. A relação entre usinas hidrelétricas e territórios para além da geração de energia: os casos das Usinas Hidrelétricas de Sobradinho – BA e de Machadinho – RS. 2017. Tese (Doutorado em Energia) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Energia, Santo André, 2017.

SKIDMORE, T. E. Brasil: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

STEFFEN, Nayra Caroline; DIAS, Edson dos Santos. Processo de Implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional e suas Consequências Socioambientais no Espaço de Fronteira Brasil-Paraguai. Revista Verde Grande, v. 6, n. 1, 2024, p. 483-487.

VELOSO, F.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. O período 1968–1973: o milagre econômico brasileiro. Texto para Discussão, IPEA, 2008.

ZHOURI, Andréa. Global–Local Amazon Politics: Conflicting Paradigms in the Struggle over the Brazilian Amazon. Environment and Planning D: Society and Space, v. 17, n. 1, p. 69–90, 1999.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento, conflitos ambientais e cidadania: a construção de políticas democráticas de gestão ambiental. Sociedade & Estado, v. 25, n. 1, p. 37-63, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Políticas ambientais e a governança da natureza: tensões e ambivalências na construção de novas formas de regulação. In: ZHOURI, Andréa (org.). Justiça ambiental, conflitos e cidadania. Belo Horizonte: UFMG, 2010.